

Gerardo Magela



PAZ Ao lado de Serys, Renan recebe documento em favor da vida elaborado pelo Movimento Maria Cláudia

Renan defende ampla reforma penal e processual

Ampla reforma penal e processual, como caminho para coibir a violência e reduzir os graves índices de criminalidade, foi defendida ontem pelo

presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele recebeu documento a favor da vida formulado pelo Movimento Maria Cláudia, do Distrito Federal, que defende

várias medidas para combater a criminalidade. O movimento recebeu esse nome em homenagem à universitária recentemente assassinada em Brasília.

Página 5

Célio Azevedo



DIAGNÓSTICO Senadores da CAE pretendem analisar o endividamento enfrentado pelos municípios brasileiros

Subcomissão vai examinar crise dos municípios

Um canal para formular propostas contra os problemas enfrentados

pela maioria dos municípios. Assim os senadores definiram a Subcomissão

Permanente de Assuntos Municipais, criada ontem no âmbito da CAE.

Página 6

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Aprovado leilão de diamantes de terras indígenas

MP que autorizou Caixa a vender pedras em poder dos cintas-largos será promulgada pelo Congresso

Os efeitos legais da medida aprovada ontem, contudo, já se consumaram: a Caixa Econômica Federal leiloou os diamantes em fevereiro. Também avançaram os entendimentos para aprovação da MP que

institui o Programa de Microcrédito Orientado, que tranca a pauta do Plenário, e sobre a MP dos impostos. Com apoio de vários senadores, Aloizio Mercadante voltou a defender mudança na tramitação das MPs.

Páginas 3 e 8



AUDIÊNCIA Em homenagem ao Dia da Mulher, Jereissati (D) passou a Patrícia Saboya a presidência da comissão, que ouviu ontem o ministro Ciro Gomes

Ciro expõe propostas contra desigualdades regionais

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, apresentou ontem à noite, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, os fundamentos das agências que substi-

tuirão as extintas Sudene e Sudam. Segundo Ciro, as novas agências ficariam encarregadas de coordenar e fiscalizar os planos de desenvolvimento das regiões mais pobres.

Página 8

Senadores discutem reformas política e universitária

Página 3 e 7



MARINHA Arthur Virgílio também pediu esclarecimento sobre compra de cinco submarinos da França

Virgílio denuncia uso irregular de avião da FAB

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), denunciou ontem a utilização irregular de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, e pelo ex-líder do PT, deputado Arlindo Chinaglia (SP). A prova apresentada pelo senador foi a foto publicada pelo jornal *Primeira Página*, em que o avião aparece atrás do ministro e do deputado, quando eles deixavam o aeroporto em direção a fórum de debates sobre os rumos do PT.

Arthur Virgílio também destacou matéria sobre a morte de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul, afirmando que as mortes ocorrem "por falta de atenção" do governo.

Requerimentos

Virgílio apresentou ontem em Plenário dois requerimentos de informação ao governo. No primeiro, o senador questiona a veracidade da compra, para a Marinha, de cinco submarinos da França. E no segundo, pede esclarecimentos sobre nota publicada pela revista *Veja*, segundo a qual o ministro José Dirceu estaria tendo aulas de tiro ao alvo, ministradas por um atirador do Exército.

Agenda

Programa de microcrédito tranca a pauta do Plenário

Apesar de a MP dos Diamantes ter sido votada na sessão de ontem, a pauta do Senado permanece trancada por um projeto de conversão originado da Medida Provisória 226/04. O texto (PLV 01/05) cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Os outros itens da pauta só podem ser votados depois da análise do texto.

Renan recebe presidentes de partidos e delegação chinesa



O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem audiência às 10h com os presidentes do PTB, do PP, do PL e do Prona. Às 11h, conversa com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto; às 12h, com o presidente do Botafogo, Bebeto de Freitas; às 15h, com o diretor do movimento Viva Rio, Antonio Rangel. Às 15h30, Renan participa de reunião de líderes partidários; às 18h30, recebe a delegação do Partido Comunista Chinês; e, às 19h, tem audiência com o ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

Reforma universitária em debate

A reforma universitária será debatida hoje na Comissão de Educação, que se reúne às 10h. Foram convidados o secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad; os presidentes da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Ana Lúcia Almeida Gazzola, e da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Lemos Petta; além do vice-presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, José Izeccias de Oliveira.



Indicação para a Defensoria Geral da União

A indicação de Eduardo Flores Vieira ao cargo de defensor público-geral da União é o primeiro item que a Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje, em reunião marcada para as 10h. A CCJ discute ainda proposta impedindo que as concessionárias

e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor (PLS 62/03).

Continua debate da MP dos impostos

A comissão mista que discute a Medida Provisória 232/04, que aumenta a base de cálculo de impostos das empresas prestadoras de serviços e dos produtores rurais, continua a promover audiências públicas para discutir o texto. Hoje, às 14h, o colegiado ouve os presidentes das confederações nacionais do Transporte, Clésio Andrade, e do Comércio, Antônio Oliveira Santos.



Comissão Dorothy Stang

A Comissão Especial Dorothy Stang promove audiência pública após a ordem do dia. Entre os convidados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, além do presidente do Ibama, Marcus Barros.

Agricultura e reforma agrária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que tem reunião marcada para as 11h, realiza reunião administrativa. Na ocasião, os parlamentares definem a pauta do ano e discutem as questões mais urgentes. O colegiado é presidido pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



RISCO Cristovam: instabilidade pode ocorrer em todo o continente, pois não há democracia sem justiça social

Crise na Bolívia pode se espalhar, alerta Cristovam

Ao expressar sua preocupação com a crise política na Bolívia, onde o presidente Carlos Mesa renunciou ao cargo, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) alertou para a possibilidade de que está acontecendo naquele país se repetir em todo o continente, inclusive no Brasil. Ele opinou que não há como manter a democracia sem justiça social.

Cristovam lamentou que, após 20 anos de redemocratização no Brasil, os avanços sociais sejam pequenos. Para evitar uma crise grave, ele sugeriu a adoção de medidas para reduzir desigualdades no país.



PRESSA Mudança de ministros é urgente para ampliar a base de apoio do governo, diz José Jorge

José Jorge critica morosidade na reforma ministerial

O senador José Jorge (PFL-PE) cobrou do governo a reforma ministerial anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde o fim de 2004. Para ele, a reforma é urgente para melhorar o quadro ministerial e ampliar a base de apoio do governo no Congresso, e a morosidade do presidente provoca instabilidade no governo.

– Imagine o ministro indo trabalhar, sabendo que será demitido: nem o contínuo abre a porta para ele. Assim o governo vai definhando e os ministérios deixam de fazer o que deveriam estar fazendo – comentou.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Jane Araújo



ENTENDIMENTO Da esquerda para a direita, Eduardo Azeredo, Marco Maciel, Renan Calheiros, José Genoíno, Jorge Bornhausen e Michel Temer

Renan acredita que reforma política começa logo a tramitar

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem, depois de reunir-se com os presidentes do PT, PMDB, PSDB e PFL, que está “muito animado” com as perspectivas de a reforma política começar a tramitar em abril, último prazo para viabilizar a aprovação da matéria neste ano. Alguns pontos da reforma entrariam em vigor nas eleições de 2006, e outros, como o voto na lista partidária e o financiamento público de campanha, no pleito municipal de 2008.

– Para a reforma andar é importante fatiar e estabelecer uma gradação. Estamos trabalhando na construção de um consenso progressivo com os partidos. Amanhã (hoje) vamos conversar com PP, PTB, PL e Prona, e quinta-feira com os partidos mais à esquerda, para na próxima semana reunir todos – explicou.

Renan informou que o fim da verticalização (exigência de as coligações feitas entre os partidos para o nível federal serem repetidas no nível estadual), pretendido pelo PMDB e PFL, encontra resistências no PSDB e PT, mas os líderes chegaram a consenso “apenas com relação à tramitação, que será por emenda constitucio-

nal”. O presidente do PMDB, Michel Temer, apresentaria uma redação para a emenda, que iniciaria a tramitação pelo Senado.

– Entendo que a verticalização aprimora os partidos, mas deveria ser o objetivo final, e não pressuposto da reforma política – disse Renan.

Entre as medidas que entrariam em vigor já em 2006 estariam, de acordo com o presidente do Senado, a fidelidade partidária (há dúvidas sobre qual deveria ser o prazo de filiação exigido: quatro anos ou menos); a mudança do Regimento Interno das Casas do Congresso, para que o tamanho das bancadas seja aquele que sair das urnas (votação em caráter de urgência); e a introdução da federação de partidos.

– A federação de partidos seria uma maneira de contornar as dificuldades dos partidos históricos e estimular o embrião de novos partidos, sem mexer na cláusula de barreira.

Para a eleição de 2008, entrariam em vigor a lista partidária e o financiamento público de campanha. “Fariamos da eleição municipal uma espécie de laboratório, uma experiência para a implantação definitiva da lista partidária”, observou.

Aprovada medida sobre leilão de diamantes

■ MP autorizou Caixa Econômica a vender pedras que estavam em poder de índios de Rondônia

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, a medida provisória (MP 225/04) que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos índios cintas-largas, habitantes das terras indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã, todas em Rondônia.

A matéria vai à promulgação, mas seus efeitos legais já se consumaram. Com base na MP, editada em 22 de novembro passado, a Caixa leiloou, em 2 de fevereiro, os 665 quilates ofertados, arrecadando R\$ 716,9 mil. A pedra mais cara, com 28,4 quilates, foi arrematada por R\$ 257 mil. O dinheiro



Roosevelt Pinheiro

URGÊNCIA Valdir Raupp defende regulamentação da mineração em terras indígenas

foi depositado em conta da Caixa indicada pelos indígenas.

O relator-revisor, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), lembrou que a MP buscou “impedir novos desdobramentos catastróficos das situações de conflito”, quando 27 garimpeiros que trabalhavam ilegalmente na reserva foram mortos pelos índios. Ele pediu que a regulamentação da mineração em terras indígenas seja feita com urgência. Apenas na reserva

Roosevelt, os diamantes poderiam render US\$ 3,5 bilhões anuais, conforme observou.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu votação nominal para os pressupostos de urgência e relevância. Para ele, a extração de pedras preciosas em reservas indígenas é proibida pela Constituição. Foram registrados 33 votos favoráveis, 20 contrários e nenhuma abstenção.

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, disse que a rejeição da MP significaria restabelecer o contrabando e a continuidade dos conflitos.

O líder do PFL, José Agripino (RN), observou que, se o Congresso aprovasse a MP, estaria legitimando a clandestinidade, mesma opinião de Heloísa Helena (PSOL-AL). Também debateram o assunto os líderes do PT, Delcídio Amaral (MS), e do PTB, Mozarildo Cavalcanti (RR), além de Romero Jucá (PMDB-RR), Romeu Tuma (PFL-SP), Pedro Simon (PMDB-RS) e Hélio Costa (PMDB-MG).

Jereissati facilita exame da MP sobre microcrédito

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) comunicou ao Plenário que, atendendo a pedidos do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), vai solicitar a retirada, da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do requerimento em que solicitava informações sobre o Banco Popular, subsidiário do Banco do Brasil criado há cerca de um ano pelo governo.

Para votar a medida provisória (MP 226/04) que está trancando a pauta do Senado, Jereissati queria receber antes

as informações. Como Mercadante garantiu que técnicos do governo comparecerão hoje ao Senado para prestar os esclarecimentos necessários, Jereissati concordou em solicitar a retirada do seu requerimento.

Logo após o anúncio, Mercadante agradeceu a cooperação do senador, ressaltando que o banco estimula o microcrédito no Brasil, e convidou os senadores interessados no tema a participarem hoje da reunião em que técnicos do governo prestarão os esclarecimentos. A MP institui o Programa Na-



José Cruz

COOPERAÇÃO Jereissati retira pedido de informações ao governo sobre o Banco Popular

cional de Microcrédito Produtivo Orientado. Uma de suas principais inovações é permitir operações de crédito sem a exigência de garantias reais, que seriam substituídas por formas alternativas.

Mercadante: líderes discutem mudança na tramitação de MPs

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), voltou a defender mudanças na tramitação das medidas provisórias no Congresso. O senador anunciou que o assunto será debatido hoje, às 16h, em reunião de líderes com o presidente do Senado, Renan Calheiros,

Mercadante enfatizou a necessidade de se modificar a tramitação das MPs, lembrando que elas ficam 45 dias na Câmara, onde são votadas com

prazo vencido, chegam ao Plenário do Senado trancando a pauta e deixando as lideranças sobrecarregadas, e são votadas sem uma discussão mais aprofundada pelos senadores.

O líder defendeu a discussão dos critérios de urgência e relevância – requisitos para a edição de MPs – com a definição de parâmetros para o Poder Executivo.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) concordou

com a necessidade de revisar o processo de tramitação.

– Estamos observando o enfraquecimento do Poder Legislativo, porque é o Executivo que está legislando.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que a medida provisória é um instrumento que não pode ser eliminado, que seria fundamental, por exemplo, para enfrentar um ataque especulativo à moeda brasileira. Ele observou, no

entanto, que às vezes é desnecessário recorrer a esse instrumento.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da comissão mista especial sobre o rito das MPs, disse que é necessário alcançar imediatamente uma solução.

O líder do PFL, José Agripino (RN), ressaltou que considera a tramitação das medidas provisórias “uma doença endêmica”.

Roosevelt Pinheiro



DIÁLOGO Mercadante anuncia que líderes vão se reunir hoje com o presidente do Senado



ALERTA "Águas desviadas podem se evaporar no reservatório do Castanhão", afirma Alberto Silva

Transposição do São Francisco preocupa Alberto Silva

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) voltou a alertar para os riscos da transposição de águas do rio São Francisco nos moldes propostos pelo governo, apontando ainda para o alto custo da obra – US\$ 2,5 bilhões.

– Insisto em que as águas não ser desviadas apenas para se evaporarem no reservatório de Castanhão, sem qualquer proveito para os estados que sofrem com a seca – disse o senador, que defende soluções localizadas e de menor porte.

Alberto Silva acrescentou que no Nordeste, principalmente no semi-árido, não existe propriamente seca, mas "irregularidade de chuvas". Ele explicou que a chuva pode ser intensa durante alguns dias, seguida de quatro ou mais meses de estiagem.

– Soube que criaram mais uma comissão aqui no Senado com o objetivo de propor soluções para a seca. Não fui informado ou consultado, nem quero fazer parte; isso não me afeta em nada. Mas é comissão demais. Por que não recorrer às soluções propostas pela velha Sudene, que estão aí, disponíveis? – indagou o parlamentar.

Alberto Silva ressaltou que a solução para a seca tem que ser integrada, com a adoção de pequenas soluções conjuntas em todos os estados, porque o problema principal é a distribuição espacial da água.

– Dizem que é só o excedente das águas do São Francisco que vai para os outros estados. Mas, e se não houver água, se tudo se evaporar? É claro que, aí, não haverá excedente nenhum – observou ele.

O senador acrescentou que há inúmeros riachos secos no Nordeste, mas todos têm águas subterrâneas.

Câmara vota projetos que beneficiam as mulheres

■ Das seis matérias que devem ser examinadas nesta semana, três foram apresentadas por senadores



Dos seis projetos que a Câmara dos Deputados vota nesta semana para beneficiar a mulher, três foram apresentados por senadores. Entre esses está o PLS 2.915/04, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que dá à parturiente o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta estabelece que os serviços do SUS, da rede própria ou conveniada, serão obrigados a permitir a presença de um acompanhante, indicado pela parturiente, por ocasião do parto. A entrada dessa pessoa só seria vedada a critério médico, nos partos considerados de alto risco.

Em defesa do projeto, a senadora alega que o parto representa momento capital na vida da mulher. Em sua opinião, as experiências vividas durante esse período marcam profundamente a mãe, daí a preocupação da Organização Mundial da Saúde em tornar o acontecimento o mais humano possível. Por essa razão, Ideli pediu ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que colocasse a matéria em votação.

Também de interesse das

mulheres, será votado o Projeto 3.503/04, do senador José Sarney (PMDB-AP), que contempla as vítimas de ações criminosas, estabelecendo as hipóteses em que a União prestará assistência financeira a elas ou a seus dependentes carentes, com recursos do Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav).

Pela proposta, as vítimas terão direito, por exemplo, a prestar declarações diante da autoridade policial ou judicial em dia diferente do estipulado para se ouvir o acusado do crime e receber prestação especial do estado quando, em razão de sua colaboração com a investigação ou processo criminal, sofrer coação ou ameaça à sua integridade física, psicológica ou patrimonial.

Moradias

Outro texto que será votado é o PLS 7.072/02, do então senador Mauro Miranda, determinando que, nos programas de produção e distribuição de moradias promovidos pelo poder público e financiados com recursos do Orçamento da União, sem contrapartida fi-

nanceira do adquirente, o título de transferência de posse será conferido preferencialmente à mulher, independentemente de seu estado civil.

Adoção

A Câmara dos Deputados examinará ainda o Projeto de Lei Complementar 59/99, da então deputada Nair Xavier Lobo, que garante à pessoa que ficar com a guarda da criança órfã, nos primeiros meses de vida, o direito à licença-gestante de 120 dias, ao salário-maternidade e à estabilidade no emprego, até os cinco meses de idade do bebê.

De autoria da deputada Celsita Pinheiro (PFL-MT), deverá ser votado o Projeto 4.385/04, que extingue a necessidade do prazo de um ano contínuo de abandono do lar para caracterizar o fim do casamento. Para a parlamentar, o simples abandono, dependendo das circunstâncias, já caracteriza a impossibilidade de vida em comum. Ela argumenta que o juiz é o melhor avaliador, não cabendo à lei engessar a interpretação dessas situações.

Já o Projeto de Lei 536/03, da deputada Maninha (PT-DF), objetiva tornar pública e incondicionada a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas. A medida permite a instalação de processos contra o agressor, mesmo que a vítima não faça denúncia. As mulheres estão entre as principais vítimas desse tipo de crime.



DIREITO Crivella espera que não apenas o 8 de março, mas todos os dias sejam dedicados às mulheres

Crivella presta homenagem às senadoras

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse ter esperanças de que no futuro todos os dias sejam dedicados às mulheres. Ele fez homenagem às senadoras Roseana, que "revolucionou o Maranhão"; Serys, "a batalhadora dos direitos da mulher"; Ana Júlia, a "combativa na luta pela terra"; Lúcia Vânia, "sempre dedicada aos assuntos sociais"; Maria do Carmo, a "nossa professora"; Fátima Cleide, a "voz dos povos da floresta"; Ideli, a que "lidera sem medo"; Patrícia, a que "luta contra a prostituição da criança"; e Heloísa, "um exemplo para todos nós".



COMPROMISSO Para Mozarildo, data remete à luta contra desigualdades, discriminação e violência

8 de março deve ser dia de reflexão, sugere Mozarildo

Em nome do PTB, o senador Mozarildo Cavalcanti (RR) prestou homenagem às mulheres, em especial às da Amazônia, afirmando que a data deve servir para reflexão sobre a luta contra a desigualdade, a discriminação e a violência. Essa luta, acrescentou, passa pela inclusão no mercado de trabalho e pela divisão das tarefas domésticas.

Para Mozarildo, os parlamentares devem batalhar pela implantação de políticas que favoreçam a mudança das condições de vida das mulheres e que defendam seus direitos.

Paim elogia gari que receberá prêmio Bertha Lutz

Ao prestar homenagens ao Dia Internacional da Mulher, o senador Paulo Paim (PT-RS) dedicou aplausos especiais a uma mulher negra, gari em Porto Alegre, que um dia resolveu fazer algo pelas meninas que perambulavam pelas ruas da capital gaúcha e eram vítimas de violências diversas, de gravidez precoce e de envolvimento com drogas.

– Amanhã, juntamente com outras guerreiras como Maria da Penha, Zilda Arns, Palmerinda Donato e Clara Charf, Rozeli da Silva receberá o prêmio Bertha Lutz. Temos o orgulho de ter indicado essa cidadã para receber o prêmio – afirmou o senador.

Paim lembrou que Rozeli



LUTA Paim lembra a determinação da gaúcha Rozeli na ajuda às meninas de rua de Porto Alegre

casou-se ao 11 anos de idade para fugir da violência das ruas, mas acabou sendo vítima de violência doméstica. Em 1987, começou a trabalhar como gari nas ruas de Porto Alegre e foi em 1996 que criou o Centro

Discussões no Congresso têm apoio da maioria das mulheres

Nada menos que 92% das mulheres brasileiras consideram importante o papel do Congresso na discussão sobre a violência doméstica. O número foi apurado por pesquisa realizada pelo Senado, abrangendo os 27 estados e uma mostra de 815 mulheres, com idade igual ou superior a 16 anos.

O índice sobre o conforto experimentado pelas mulheres brasileiras em relação à legislação existente é considerado alto, pois 54% das entrevistadas se sentem protegidas pelo arcabouço jurídico. Apesar disso, a grande maioria reivindica novas medidas legais, consolidadas em um único documento, algo próximo a um Estatuto da Mulher.

Outro dado da pesquisa relaciona-se ao fato de como as mulheres se sentem tratadas pela sociedade: 56% delas acham que no Brasil não são respeitadas, enquanto 86% avaliam que os homens são "bem tratados". O ambiente onde se verificaria o maior nível de respeito às mulheres seria no doméstico (53%), con-



tra 15% no Judiciário, 8% nas instituições públicas e apenas 3% no tocante à solicitação de serviços.

Quanto à tipificação geral da violência doméstica, tema principal da pesquisa, a de ordem sexual seria a mais freqüente, 33%. Em seguida viriam as violências física (29%), moral (18%), psicológica (17%) e patrimonial (1%).

Cerca de 40% das entrevistadas afirmaram já ter presenciado algum ato de violência contra outras mulheres, sendo que, desse total, 80% das respostas corresponderiam a violências físicas. Quando é pesquisada a violência sofrida concretamente no ambiente doméstico, 55% dos casos são de ordem física, enquanto os de caráter sexual chegam a 7%.

Anexo I do Senado poderá ser denominado Carlota Queiroz

O Anexo I do Senado poderá ser denominado Edifício Carlota Queiroz, em homenagem à primeira mulher a ocupar uma cadeira no Legislativo brasileiro. A medida está prevista em projeto de resolução de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e agora será submetido à Mesa diretora.

Segundo o relator do projeto (PRS 2/04), senador Hélio Costa (PMDB-MG), Carlota se dedicou ao debate das questões sociais, com prioridade para a educação e as causas da mulher, da família e da assistência aos desfavorecidos. Carlota permaneceu na Câmara até 1937, quando o Congresso foi fechado.

Presidente da comissão, Hélio Costa abriu a reunião prestando uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Oito senadores elogiaram a iniciativa e se associaram à manifestação. Marcelo Crivella (PL-RJ) lembrou as mulheres que morreram queimadas em Nova York, em 1857, quando lutavam por melhores condi-

ções de trabalho. Maguito Vilela (PMDB-GO) saudou a mobilização atual das mulheres em defesa de seus direitos.

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que elas já ocupam espaços anteriormente exclusivos dos homens. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) prestou homenagem às educadoras do Rio Grande do Sul. Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) solidarizou-se com as índias que perderam seus filhos em Mato Grosso do Sul, por desnutrição.

Já Cristovam Buarque (PT-DF) sugeriu que cada parlamentar se inspirasse nas mulheres para cuidar do país. Patrícia Saboya (PPS-CE) recordou a luta feminina contra a violência, inclusive doméstica.

Romeu Tuma (PFL-SP) concordou com a senadora e ressaltou a instalação por todo o país de delegacias especializadas na defesa da mulher.

A comissão aprovou ainda o Requerimento 1.302/04, de Serys Slhessarenko, que institui, no âmbito do Senado, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente em outubro.

Renan defende ofensiva contra violência no país

■ Ele sugere unificação das ações da polícia, do MP e da Justiça para agilizar o julgamento de criminosos

Uma ampla reforma penal e processual no país como caminho para coibir a violência e diminuir os graves índices de criminalidade foi defendida ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao receber manifesto do Movimento Maria Cláudia pela Paz, do Distrito Federal.

Conforme explicou aos líderes do movimento, na rampa do Congresso Nacional, o Código Penal, editado na década de 40, já não consegue dar respostas a certos crimes que aumentaram nos últimos anos em virtude das rápidas mudanças sociais e econômicas.

— No Brasil, a investigação criminal é horrorosa — enfatizou Renan, que pregou a adoção de novo arcabouço legal que possa unificar a ação da polícia, do Ministério Público e da Justiça, dando mais agilidade, principalmente, à fase em que os criminosos são passíveis de condenação.

Ressaltando que o Congresso funciona como caixa de ressonância da sociedade, o presidente do Senado conclamou os membros dos movimentos pela paz a continuarem a luta pelo fim da comercialização de armas no país, que será submetido a referendo no mês de outubro. Ele anunciou que, na próxima semana, o Senado



AÇÃO Ao receber membros de movimento pela paz, Renan, tendo ao lado Paulo Octávio, conclamou à luta contra a venda de armas, a ser decidida em referendo

começa a realizar reuniões para discutir o assunto. "A arma está na raiz do crime", observou.

Renan disse aos representantes do Movimento Maria Cláudia, que estavam acompanhados de Paulo Octávio (PFL-DF), Hélio Costa (PMDB-MG) e Serys Slhessarenko (PT-MT), que o conceito de crime hediondo é fundamental para enfrentar a violência e lembrou que, por meio desse instituto legal, o governo conseguiu combater a falsificação de remédios. Na época, o sena-

dor era ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso.

O manifesto entregue a Renan sugere várias medidas legais contra a criminalidade, a começar pela não revogação da Lei do Crime Hediondo, no que diz respeito ao delito qualificado. Pede ainda reavaliação do Estatuto da Criança e do Adolescente para impedir a impunidade de menores infratores, redução de recursos criminais, aperfeiçoamento das leis penal e processual penal, entre outras medidas.

Paulo Octávio se associa a movimento

Ao homenagear as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) fez menções especiais a sua mãe, Vilma Pereira, e a Cristina Maria Del'Isola, mãe da estudante Maria Cláudia de Siqueira Del'Isola, assassinada em dezembro pelo caseiro e pela empregada de sua residência. As duas homenageadas acompanharam, no Plenário, o pronunciamento.

Paulo Octávio informou que, ao mesmo tempo em que o Senado realizava a sessão, estava sendo lançado no gramado em frente ao Congresso o Move-

mento Maria Cláudia pela Paz, por mães vítimas da violência e a organização não-governamental Comitê Nacional de Vítimas da Violência (Convive), com o apoio da Campanha da Fraternidade 2005. Uma das iniciativas do movimento, explicou, foi a entrega



REVERÊNCIA Paulo Octávio cumprimenta Vilma Pereira, sua mãe, e Cristina Maria Del'Isola

ao presidente Renan Calheiros de documento solicitando mudanças no Código Penal e no Código de Processo Penal, para que os dois instrumentos sejam adequados aos dias de hoje e

aos anseios da população. Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que o Congresso e a sociedade precisam combater a violência. E disse esperar que as mulheres ocupem cada vez mais espaço na sociedade.



DEBATE Luiz Otávio preside reunião que aprovou criação de colegiado e audiências públicas com dois ministros

CAE aprova subcomissão para assuntos municipais

■ Novo órgão analisará endividamento econômico e financeiro das prefeituras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. Entre as atribuições do novo órgão estão a análise do endividamento econômico-financeiro dos municípios brasileiros, reordenamento territorial, aplicação de recursos e endividamento público.

A criação da subcomissão foi proposta pelo presidente da CAE, senador Luiz Otávio

(PMDB-PA), atendendo a uma solicitação do presidente do Senado, Renan Calheiros. Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Edison Lobão (PFL-MA) e a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) aplaudiram a criação do órgão.

Segundo os senadores, a subcomissão será um palco para o debate em profundidade dos problemas dos municípios. Servirá também como canal para a formulação de propostas visando à solução de problemas nas áreas de saúde, educação, emprego e segurança.

Na mesma reunião, a CAE aprovou a realização de audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Ciro

Gomes, destinada a debater o projeto de transposição de águas do rio São Francisco. A reunião será em conjunto com as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A data ainda será marcada. Assinam o requerimento os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e César Borges (PFL-BA).

Foi aprovado ainda outro requerimento, do senador Luiz Otávio, convidando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para falar sobre a atual política econômica. Na semana passada, os membros da CAE aprovaram requerimento semelhante, de autoria do senador César Borges.

Alvaro defende reajuste do FPM para prefeituras

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apelou ontem em favor da aprovação, pela Câmara, do reajuste em um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele encampou as reivindicações dos quase 3 mil prefeitos que estiveram em Brasília para a 8ª Marcha em Defesa dos Municípios, pedindo o aumento de 22,5% para 23,5% do que é arrecadado com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e destinado aos municípios

por meio do FPM.

Para o senador, enquanto cresce a arrecadação da União, as cidades sofrem um processo de empobrecimento. Esse quadro, salientou, é agravado pelo grande aumento da demanda social, que recai exatamente sobre os municípios.

– No ano passado, a União superou R\$ 233 bilhões em arrecadação, 10,8% a mais do que no ano anterior. O governo bate recordes de arrecadação, mas não atende aos municípios.



DISPARIDADE Alvaro: governo bate recordes de arrecadação, mas não atende aos municípios

Muitos deles sobrevivem no anonimato, graças ao esforço de seus administradores para superar incriveis obstáculos de natureza financeira – disse.

Aécio Neves alerta Renan para aumento salarial de ministros

Se o Congresso aprovar o projeto que aumenta os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o impacto nas finanças públicas de muitos estados brasileiros será desastroso. Esse foi o alerta que o governador Aécio Neves, de Minas Gerais, levou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, em reunião que contou ainda com a presença do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, do ex-ministro Eliseu Resende, da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) e dos senadores Luiz Otávio (PMDB-PA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Segundo Aécio, o aumento para os ministros, só em Minas Gerais, exigiria, neste ano e em 2006, um gasto adicional de R\$ 450 milhões. Para ele, o “efeito cascata seria inevitável”.

No encontro, segundo Aécio, Renan Calheiros informou sobre os avanços obtidos na definição de uma pauta para a reforma política, alcançados em reunião realizada ontem com os presidentes do PMDB, PFL, PT e PSDB. O governador Germano Rigotto disse que a reforma tributária também foi tratada com Renan Calheiros.

Sucessão

Aécio Neves considerou um equívoco a antecipação do debate em torno da sucessão presidencial. Na sua opinião, o Congresso tem uma pauta cheia de assuntos relevantes.

– Não contem comigo para abreviar a sucessão. Não gostaria de, no futuro, ver 2005 como o ano que não existiu – afirmou Aécio, que se negou a fazer críticas à gestão de Severino Cavalcanti na Câmara.



GASTO Aécio diz a Renan (D) e a Rigotto que efeito cascata do reajuste salarial de ministros será inevitável e poderá prejudicar finanças dos estados

Serra: Senado pode ajudar a resolver problema das dívidas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o prefeito de São Paulo, José Serra, que tratou dos problemas das dívidas dos estados e municípios. O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), o líder tucano Arthur Virgílio (AM) e o senador Romeu Tuma (PFL-SP) também participaram da reunião.

– O acerto da questão da dívida, não apenas de São Paulo, passa em grande medida pelo Senado. O presidente Renan

revelou bastante disposição de se engajar na tarefa de manter a responsabilidade fiscal no Brasil – declarou o prefeito.

Serra ressaltou que nenhum dos problemas que envolvem as finanças de São Paulo depende da Lei de Responsabilidade Fiscal: a questão são os índices e limites do endividamento do município. O prefeito afirmou que os limites de endividamento dos municípios devem estar bem próximos aos dos estados.



MOVIMENTO Maguito apóia 8ª Marcha em Defesa dos Municípios, que se realiza em Brasília

Maguito apóia luta por votação urgente da reforma tributária

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou seu apoio à 8ª Marcha em Defesa dos Municípios, que se realiza em Brasília, movimento destinado a convencer a Câmara a votar a reforma tributária, que, entre outras coisas, aumenta em um ponto percentual os

impostos federais (IR e IPI) destinados às prefeituras.

Ele explicou que a atual marcha é apenas mais um passo para recuperar parte do bolo tributário do país. Desde a última década, houve uma redução de 5% na participação municipal na arrecadação geral. O senador

informou que os municípios querem elevar o atual nível de 14,6% para 17,5% a médio prazo. Ele pediu aos deputados que votem com rapidez a parte da reforma que reajusta o percentual do Fundo de Participação dos Municípios.

Maguito pediu ainda trans-

crição, no Anais do Senado, de artigo do deputado estadual Mauro Rubem, de Goiás, intitulado “Operação Triunfo envergonhou Goiás”, que trata da desocupação de uma área em Goiânia, quando duas pessoas foram mortas e mais de 40 ficaram feridas.

José Cruz



EXITO Valadares (E) revela a Nguyen que o programa brasileiro de combate à Aids conseguiu reduzir em 50% as mortes anuais associadas à doença

Delegação do Vietnã pede informações sobre Aids

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) recebeu, ontem, delegação de seis parlamentares do Vietnã, chefiada pela Sra. Nguyen Thi Hoai Thu, presidente do Comitê de Assuntos Sociais da Assembléia Nacional e membro do Comitê Central do Partido Comunista daquele país. O interesse principal dos visitantes é conhecer o programa de prevenção e combate à Aids realizado pelo Brasil.

O presidente da CAS, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), enfatizou que, pela distribuição gratuita dos medicamentos aos 140 mil portadores da Aids, o Brasil conseguiu diminuir em 50% o número de

mortes anuais pela doença, bem como em 80% o número de internações hospitalares decorrentes de infecções correlatas.

Valadares explicou, ainda, que o coquetel de medicamentos é formado por 14 itens, dos quais o Brasil já produz oito. Com a política de quebra de patentes dos medicamentos estrangeiros, o país economiza US\$ 600 milhões anuais.

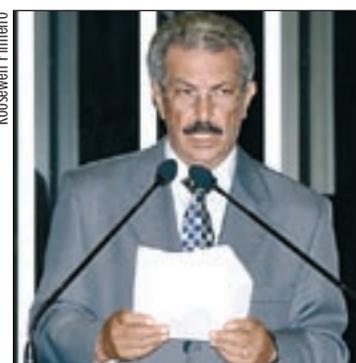
Nguyen informou que existem hoje 88 mil portadores do vírus no país, tendo havido oito mil mortes desde o primeiro caso notificado, em 1990. Agora, campanhas oficiais dão ênfase ao uso da camisinha.

Tuma propõe remédios gratuitos para psoríase

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu ontem a distribuição, pela rede pública de saúde, de medicamentos para o tratamento da psoríase, doença dermatológica que atinge de 1% a 3% da população mundial (cerca de 190 milhões de pessoas, entre as quais 5 milhões de brasileiros).

Tuma explicou que a psoríase é moléstia inflamatória auto-imune, caracterizada pela rápida multiplicação das células da pele, causando eritemas e escamações. De natureza crônica e ligada ao sistema imunológico, a psoríase é agravada pelo estresse e por fatores genéticos.

O senador ressaltou que embora não se trate de uma do-



VÍTIMAS A doença dermatológica, segundo Tuma, acomete cerca de 5 milhões de brasileiros

ença contagiosa, as pessoas atingidas por esse mal são frequentemente vítimas de preconceito e discriminação, o que faz com que se isolem de amigos e parentes.

Comissão inicia o debate da reforma universitária

Presidente do colegiado, senador Hélio Costa defende ampliação de acesso à educação superior

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje para debater a chamada reforma universitária, proposta do Executivo em análise no Congresso. A educação superior constitui uma das principais preocupações do governo, especialmente quando o Brasil busca inserção

na economia e na comunidade científica internacional, justificou o senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente do colegiado e autor do requerimento para a audiência.

– É importante a democratização do acesso a esse nível de educação, historicamente relegado à minoria da população socialmente mais favorecida – argumentou Hélio Costa.

A comissão convidou para o primeiro debate o secretário Executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad; a presidente da Associação

Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ana Lúcia Almeida Gazzola; o vice-presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), José Izecias de Oliveira; e o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Lemos Petta.

Para as próximas reuniões, serão convidadas, entre outras instituições, a Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).



VANTAGEM Costa: governo reconhece que ensino universitário é requisito para inserção do país na cena internacional

Cristovam critica prioridade ao ensino superior

A proposta de criação do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb) permanece parada na Casa Civil da Presidência da República desde setembro de 2004, alertou ontem o senador Cristovam Buarque (PT-DF), em reunião na Comissão de Educação (CE). Ao mesmo tempo, comparou, o projeto de reforma do ensino superior, elaborado já na gestão do ministro Tarso Genro, ganhou prioridade no governo.

Ao anunciar que não poderia comparecer à primeira audiência pública sobre o tema, na CE, Cristovam considerou um

equívoco o envio ao Congresso Nacional da proposta de reforma universitária, sem que ela esteja acompanhada de um projeto para o ensino básico.

– Isto acontece porque existem 15 siglas de entidades de defesa das universidades, enquanto as crianças do ensino básico não têm sindicato. Estão atendendo a pressões corporativas e não ao interesse nacional – lamentou Cristovam.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou visita que fez à Alemanha, para ressaltar a importância das universidades para aquele país. Mesmo ten-

do passado por duas guerras mundiais, observou, a cidade universitária de Heidelberg foi poupada dos bombardeios inimigos. “O mundo respeitou Heidelberg”, disse ele.

Em resposta, Cristovam afirmou que Heidelberg não seria o que é, se a Alemanha não tivesse investido na educação básica. O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) elogiou a realização das audiências públicas pela comissão e ressaltou a importância da vinculação dos institutos de ensino superior com as regiões onde venham a se localizar.

Agripino: Funasa gasta mais em viagens do que em remédios e hospitais

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), denunciou ontem que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) gastou em viagens, em 2004, R\$ 5,48 milhões, enquanto os dispêndios com medicamentos e hospitais ficaram em R\$ 1,63 milhão. Os dados, informou, são do Siste-

ma Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal.

Para efeito comparativo, Agripino citou os gastos nos mesmos itens no ano anterior: foram R\$ 5,2 milhões em viagens, incluídas passagens e diárias de servidores, e R\$ 43,75

milhões em medicamentos, internações e materiais hospitalares e farmacológicos. Para o senador, os gastos em 2004 configuram um “dado estarrecedor”. Ele lembrou as mortes de crianças desnutridas em reservas indígenas, informando caber à Funasa os cuidados

com a saúde dos índios.

Agripino também pediu um posicionamento da liderança do governo sobre a emenda constitucional que minimiza os efeitos da reforma previdenciária no setor público, a chamada PEC paralela, agora na ordem do dia da Câmara.



COBRANÇA Agripino também cobra um posicionamento do governo sobre a votação da PEC paralela

José Cruz

Roosevelt Pinheiro

Sérgio Guerra vê falta de ação contra a seca

O líder da minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), lamentou a ausência de programas sociais do governo federal para auxílio às áreas atingidas pela seca no Nordeste. Ele criticou também o que chamou de paradoxo entre o discurso e as ações do governo, no tocante ao problema da estiagem.

– Enquanto o governo anuncia um projeto salvador de transposição das águas do rio São Francisco, não toma nenhuma providência concreta nas áreas atingidas pela estiagem na região nordestina. Pelo contrário, desarmou a Sudene, a agência de desenvolvimento regional do Nordeste – disse.



CRÍTICA Segundo Sérgio Guerra, não foram adotadas medidas para atender áreas do Nordeste

Pavan lamenta pouca ajuda a agricultor de SC

Ao elogiar os prefeitos de Santa Catarina que participam da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou o governo por doar apenas R\$ 300 aos agricultores que perderam um ano de trabalho com a recente seca que assolou a região.

Pavan frisou que as dificuldades dos prefeitos estão sendo agravadas em função da perda de produção com a estiagem. Ele lembrou que seu estado tem na agricultura familiar a principal atividade.



ECONOMIA Leonel Pavan lembra que seu estado tem na agricultura familiar a principal atividade



REIVINDICAÇÕES Armando Monteiro, ao microfone, reclama das limitações aos recursos no Conselho de Contribuintes

Jucá negocia mudança na 232 com Receita Federal

Audiência pública ouve reclamações e críticas dos presidentes da CNI e da CNA

Durante audiência pública realizada ontem na comissão mista que analisa a medida provisória (MP 232/04) que elevou impostos para empresários, prestadores de serviços e agricultores, o relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou que está trabalhando em mudanças no texto da medida.

– Estamos avançando – afirmou o senador, depois de observar que o aumento da carga tributária é apenas um dos aspectos da MP, que também

institui mecanismos para evitar a sonegação e evitar recursos administrativos e corrige em 10% a tabela de isenção e deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Na audiência, foram ouvidos os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antonio Ernesto de Salvo, que criticaram as novas limitações aos recursos no Conselho de Contribuintes contra decisões da Receita Federal.

Jucá explicou que não concorda com a idéia de fixar para acima de R\$ 50 mil o valor das dívidas a partir do qual caberia recurso das decisões administrativas. Outra reclamação dos empresários é a de que a MP

obriga a aplicação anual da variação cambial sobre o lucro para efeito do cálculo da base de impostos. A saída, segundo Jucá, é aplicar a variação cambial apenas no momento em que os recursos relativos a remessas de lucros ingressarem no Brasil.

O senador negou que a Receita tenha aceitado aumentar em dez vezes o limite determinado pelo Executivo para a isenção do recolhimento na fonte do IRPF de agricultores. Fixado originalmente em R\$ 1.164, o limite foi considerado prejudicial aos pequenos agricultores, já que as grandes empresas rurais têm piso de isenção de R\$ 5 mil. Segundo Romero Jucá, as negociações com a Receita Federal ainda não se esgotaram.

General analisa problemas com madeiras

O general Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, disse que as madeiras no Pará (inclusive as ilegais), principalmente na região conhecida como Terra do Meio, são responsáveis por mais de 60% dos empregos.

– Fechar todas, simplesmente, provocaria enorme desemprego. Temos que trabalhar com o bom senso, avaliar todo o quadro, legalizar o que for possível e fechar as que atuam de forma predatória – disse.

O general foi ouvido na comissão externa especial do Senado que acompanha a apuração do assassinato da missionária Dorothy Stang em Anapu, no Pará. Participaram também da audiência Pública o secretário nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e o executor do

Incra em Altamira, Bruno Lourenço Kampner.

Respondendo a perguntas do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), da presidente da comissão, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), e dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o general Félix disse que as pessoas na Terra do Meio têm medo.

– Não é um medo difuso, como o de quem mora no Rio e em São Paulo e evita sair na rua à noite. Não. É um medo real, porque a ameaça de morte parte de alguém que deve estar ali na esquina, tomando cachaça, bem perto, e que é conhecido – explicou. Ressaltou que está



SENSATEZ Jorge Félix afirma que setor é responsável por mais de 60% dos empregos na Terra do Meio

sendo feito um levantamento de toda a área, para que se encontrem as soluções legais.

Ele disse que a ocupação da área começou há 30 anos, de forma desordenada, com a abertura da Transamazônica.

– Governos posteriores abandonaram essas pessoas, e criou-se uma situação perigosa e violenta, de disputa de terras, de espaço, pela sobrevivência.

Ciro explica estratégia para regiões Norte e Nordeste

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, apresentou, em audiência realizada na noite de ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), os fundamentos da proposta de criação das duas agências de desenvolvimento, em substituição às extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

Ciro justificou os novos órgãos pela vulnerabilidade do Norte e Nordeste às regras do mercado. Para ele, essas regiões necessitam de intervenção do Estado, devido à falta de infraestrutura, de financiamento e da defasagem tecnológica.

– As novas agências de desenvolvimento nada mais seriam do que as hospedeiras desses planos. Ficariam encarregadas de supervisionar, coordenar e fiscalizar. Seriam bastante enxutas e atuariam como fóruns.

Para elaborar as bases do plano, o ministro informou que foram ouvidas universidades, sindicatos, industriais e governadores, entre outros. O resultado do trabalho desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional foi entregue pelo ministro à comissão.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a retração de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Nordeste.

– Em 2001, a participação do Nordeste nos financiamentos desse banco era de 13%; hoje é apenas de 7% – lamentou, informando que vai encaminhar ao colegiado o projeto de lei que recria a Sudene.

Também participaram do debate Fernando Bezerra (PTB-RN), César Borges (PFL-BA), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Heráclito Fortes (PFL-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e José Maranhão (PMDB-PB).

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, o presidente da CDR, Tasso Jereissati (PSDB-CE), passou a direção dos trabalhos à senadora Patrícia Saboya (PPS-CE). O presidente do Senado, Renan Calheiros, também compôs a mesa da comissão.